

Brasil: as esperanças não vingaram

Plínio de Arruda Sampaio Jr.*

Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la red CLACSO
<http://www.clacso.org.ar/biblioteca> - biblioteca@clacso.edu.ar

* *Professor
do Instituto de Economia
da Universidade Estadual
de Campinas (IE/UNICAMP)
e membro
do Conselho Editorial
da Revista Sem Terra*

Os movimentos sociais não estão isentos de sua parcela de responsabilidade pela absoluta incapacidade de o governo Lula cumprir as promessas de mudanças sociais que tantas expectativas geraram nos trabalhadores brasileiros, latino-americanos e de todo o mundo. Tampouco estão imunes a seus efeitos negativos.

Na hora da verdade, quando ficou claro que a população continuaria sob a rígida tutela dos organismos financeiros internacionais, as organizações dos trabalhadores não deflagraram um processo de mobilização social capaz de reverter a correlação de forças e obrigar o governo Lula a cumprir seu mandato popular de mudar o Brasil. Para superar o impasse em que se encontram e recuperar a eficácia de seus instrumentos de luta, os trabalhadores estão obrigados a tirar as lições do ocorrido e levar suas implicações às últimas conseqüências.

O caráter ultraconservador do governo Lula, que surpreendeu seus mais ferrenhos críticos, marca o fim de

um ciclo de acumulação de forças baseado na idéia de que haveria substancial espaço para mudanças “dentro da ordem” e, portanto, de que seria possível combater a pobreza e a desigualdade social nos marcos do capitalismo.

Iniciado na segunda metade da década de setenta, após o esmagamento da resistência armada à ditadura militar, a nova fase de reorganização das forças populares baseava-se na formação de organizações de massa, independentes da burguesia, para disputar o espaço institucional. Imaginava-se que, combinando forte pressão “de baixo para cima” e luta para ocupar espaço nos aparelhos de Estado, os trabalhadores atingiriam progressivas conquistas¹.

Sob a consigna de “fazer valer os seus direitos”, a luta política –polarizada em torno do Partido dos Trabalhadores (PT)–, a luta sindical –puxada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)–, a luta camponesa –liderada pelo Movimento dos Sem Terra (MST)– e as lutas urbanas –impulsionadas pelas pastorais sociais inspiradas na Teologia da Libertação– buscaram alcançar basicamente três objetivos: “criar direitos”; “fazer cumprir a lei”; e “ocupar os aparelhos de Estado”. Para tanto, os instrumentos recém criados combinavam intensa participação nas disputas eleitorais e formas de pressão social que algumas vezes ficavam nas franjas da legalidade burguesa. Por diferentes caminhos, todas as lutas desaguavam na esfera institucional.

A concepção de que existiam condições objetivas e subjetivas para compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional partia de dois supostos fundamentais: a convicção de que o Brasil havia criado as bases materiais para a “autodeterminação” do desenvolvimento capitalista; e a crença de que, restabelecido o estado de direito, a luta de classes estaria baseada na busca do “bem comum”. Em outras palavras, predominava uma visão das possibilidades históricas segundo a qual não existiam obstáculos materiais intransponíveis nem bloqueios políticos insuperáveis para iniciar um processo efetivo de distribuição de renda. O capitalismo não condenava a população brasileira à dependência externa e à pobreza².

No entanto, a esperança de que a democracia viesse acompanhada de uma efetiva melhoria nas condições de vida da população não se efetivou. A derrota das “Diretas já”, em 1984, permitiu que o pacto de poder ultraconservador fosse recomposto, preservando o monopólio do poder político nas mãos da plutocracia. A vitória de Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 impôs uma pesada derrota às forças progressistas que se aglutinavam em torno de um programa democrático e popular, abrindo as comportas para uma avassaladora ofensiva neoliberal. A crise do socialismo, patente após o colapso da União Soviética, foi um golpe adicional, provocando confusão e desalento nas hostes socialistas que lideravam os movimentos populares.

“A decisão de aderir ao Consenso de Washington teve graves reflexos sobre a luta de classes, pois a subordinação da vida econômica e social às exigências da ordem global deu início a um conjunto de contra-reformas que puseram em risco o próprio futuro do Brasil como sociedade nacional. As transformações no substrato social do capitalismo brasileiro daí decorrentes mudaram substancialmente a correlação de forças entre o capital e o trabalho”

Conduzido de “cima para baixo”, o processo de redemocratização redundou na institucionalização da contra-revolução permanente instaurada pela ditadura militar. Assim, ainda que potencialmente ameaçada pelas pressões políticas e sociais que brotavam da base da sociedade, a democracia brasileira permaneceu restrita aos donos do poder. Não é de estranhar que a Nova República tenha sido totalmente incapaz para encaminhar as mudanças acalentadas pelas multidões que tomaram as ruas para exigir a volta dos militares aos quartéis. Os avanços sociais inscritos na Constituição de 1988, fruto das forte pressão dos movimentos sociais, não contradizem a afirmação anterior, pois, com pouquíssimas exceções, seu proclamado “espírito cidadão” nunca saiu do papel⁵.

A decisão de aderir ao Consenso de Washington teve graves reflexos sobre a luta de classes, pois a subordinação da vida econômica e social às exigências da ordem global deu início a um conjunto de contra-reformas que puseram em risco o próprio futuro do Brasil como sociedade nacional⁴. As transformações no substrato social do capitalismo brasileiro daí decorrentes mudaram substancialmente a correlação de forças entre o capital e o trabalho.

Por um lado, a desarticulação do sistema econômico nacional provocou uma verdadeira metamorfose na burguesia brasileira, transformando-a de uma “burguesia dependente”, que possuía um relativo poder de barganha para negociar os termos da dependência, numa “burguesia dos negócios”, que vive à mercê dos humores do capital internacional e das vicissitudes da economia internacional. A primeira tinha seu poder real lastreado na industrialização por substituição de importações e gozava de relativa autonomia para controlar o seu tempo histórico. A segunda vive do comércio internacional, da intermediação de venda de patrimônio nacional (público e privado) e do rentismo, fundado no endividamento externo e no endividamento público, sem controle algum sobre as variáveis fundamentais que determinam o sentido, o ritmo e a intensidade das transformações capitalistas⁵.

Por outro lado, a crise da industrialização solapou as bases objetivas e subjetivas que impulsionavam a tardia emergência da classe operária no cenário político brasileiro. A destruição maciça de postos de trabalho, sobretudo nos segmentos mais nobres do tecido industrial, a precarização das relações de trabalho, a maior heterogeneidade da força de trabalho, o aumento exponencial do desemprego e do subemprego, o ataque sistemático às organizações independentes dos trabalhadores, o reforço ao individualismo, a acelerada disseminação da ideologia da concorrência e a profunda crise do movimento socialista minaram os mecanismos de solidariedade de classe e arrefeceram a disposição de luta dos trabalhadores. No momento em que a classe operária ensaiava seus primeiros passos autônomos na vida política nacional, a inflexão da conjuntura representou um duro golpe no processo de sua afirmação como classe independente⁶.

Num contexto histórico marcado pela avassaladora ofensiva do capital internacional sobre a economia nacional e pela necessidade desesperada de a burguesia brasileira aumentar sua capacidade de manipular as condições sociais internas, como forma de compensar sua crescente impotência diante do imperialismo, o enfraquecimento do pólo trabalho colocava em risco suas parcas conquistas sociais. Como explicitado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, era todo o arcabouço institucional montado na era Vargas que deveria ser destruído.

O ataque implacável aos direitos dos trabalhadores, a subordinação das políticas sociais à lógica do ajuste fiscal permanente e a criminalização dos movimentos sociais provocaram um refluxo no movimento de massas, colocando os trabalhadores brasileiros na defensiva. As forças comprometidas com a defesa dos interesses populares reagiram à nova situação de maneira diferenciada. Não é possível contar a história das lutas sociais nos anos noventas sem lembrar a heróica greve dos petroleiros e os enormes sacrifícios dos trabalhadores rurais Sem Terras. No entanto, o combate ao avanço do neoliberalismo não foi o vetor dominante. No conjunto do movimento operário, predominou o pragmatismo. Tratava-se de minimizar os prejuízos da ordem global sobre os trabalhadores, fazendo “o possível”, isto é, “aceitar o mundo como ele é” e adaptar-se à nova situação, mesmo quando “o possível” significasse quase nada, nada ou mesmo, o que foi a regra, a eliminação de direitos sociais.

Assim, a estratégia de acúmulo de forças sofreu uma mudança qualitativa: a luta pela conquista de direitos dentro da ordem foi gradativamente substituída pelo “melhorismo”. Sem questionar a agenda do capital financeiro, tratava-se de buscar as soluções possíveis para os problemas das pessoas. Já não se lutava pela conquista de direitos coletivos que melhorassem as condições de trabalho e de vida da classe mas por medidas concretas que compensassem a população desvalida pela falta de direitos. O

rebaixamento da pauta política levou à desmobilização dos trabalhadores e aprofundou o processo de burocratização das organizações construídas na década de oitenta.

A conversão da CUT aos cânones do “melhorismo” é um exemplo emblemático da terrível pressão exercida pelas forças objetivas e subjetivas que empurravam o movimento social para uma dócil adaptação às exigências da ordem global. Sob o comando da tendência liderada por Lula, que esmagou todos os adversários que se opuseram a sua estratégia de acomodação, a CUT abandonou o sindicalismo classista, responsável pela sua conhecida combatividade, e aderiu incondicionalmente ao



© Martín Fernández

“sindicalismo de resultados”. Compactando com um padrão de acumulação que é antagonico aos interesses estratégicos da classe operária, os discursos e as ações passaram a priorizar a defesa pragmática do emprego, a obtenção de vantagens concretas para os trabalhadores do sindicato, e o aproveitamento (coletivo e individual) das oportunidades de negócios e benesses abertas ao sindicalismo. As diferenças com as centrais rivais oriundas do velho sindicalismo, que há anos lançavam mão de tais expedientes, foram reduzidas a uma disputa de espaço entre burocracias sindicais pelegas e cada vez mais corruptas⁷.

Por iniciativa do chamado *campo majoritário*, comandado por Lula e José Dirceu, o PT começou a sua adaptação aos novos tempos ainda no início dos anos noventas. No início, o giro para o “melhorismo” ficou parcialmente mascarado pela manutenção de uma retórica petista que preservava elementos reformistas⁸. Logo, as definições ficariam mais claras. Na segunda metade da década de noventa, a perspectiva de conquistar a presidência da República acelerou a conversão neoliberal do PT.

Permeável às pressões dos grandes meios de comunicação e dos grupos econômicos que financiavam suas operações eleitorais, o programa do partido foi sendo paulatinamente rebaixado. A defesa da luta social como forma de conquista de direitos universais, que constituía a essência do programa democrático popular, foi, aos poucos, substituída por uma série de programas sociais, de caráter assistencial, inspirados nas políticas compensatórias do Banco Mundial⁹.

Na contramão do movimento da CUT e do PT, a década de noventa assistiu a um espetacular avanço na luta do MST pela Reforma Agrária. Desafiados pela acelerada deterioração das condições de vida no campo, os Sem Terras inscreveram a luta pela terra na agenda nacional. Reprimidos com violência pelo governo Fernando Henrique Cardoso e asfixiados pela alegada falta de recursos para atender as suas reivindicações, o MST percebeu que o futuro da reforma agrária dependia de uma mudança radical nos rumos da política agrícola, da política econômica e de toda a organização social do país. Assim, em direção oposta ao que vinha ocorrendo no conjunto do movimento popular, os Sem Terras radicalizaram a pressão por mudanças *dentro da ordem*, vinculando a reforma agrária à reforma urbana, à redução da jornada de trabalho, à exigência de uma presença ativa do Estado na promoção do desenvolvimento e à defesa intransigente da soberania nacional. Não sem mérito, o MST acabou se transformando na principal referência política da esquerda brasileira.

Capitalizando o sentimento de profunda insatisfação com os resultados catastróficos da abertura liberal sobre as condições de vida da população, insatisfação agravada pela estagnação que marcou o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, Lula chegou ao poder em condições muito particulares.

O surpreendente sucesso das campanhas pelo Plebiscito da Dívida Externa em 2000 e pelo Plebiscito da ALCA em 2002 parecia indicar que o movimento de massas dava os primeiros passos para sair do longo estado de letargia em que estava imerso desde a traumática derrota de 1989. A votação consagrada de Lula –um inequívoco repúdio ao governo Fernando Henrique Cardoso– reforçava o sentimento de que a população estava farta de neoliberalismo e desejava mudanças.

No entanto, o ciclo de acúmulo de forças que levou Lula à presidência não reunia poder político suficiente para enfrentar os grupos econômicos, externos e internos, que davam sustentação ao padrão de acumulação neoliberal. O desejo de mudança era difuso. A vitória de Lula não se dava em uma situação de intensa mobilização popular. O PT não havia amadurecido uma agenda política alternativa que pudesse orientar a transição para um outro padrão de desenvolvimento¹⁰. O governo era prisioneiro de um arco de aliança ultraconservador e corrupto. A população desconhecia o custo econômico, social e político de uma ruptura com o neoliberalismo e não se sabia se estava disposta bancá-los.

Nessas circunstâncias, para que a possibilidade de mudança se tornasse realidade, todos os atores teriam de superar-se. Não foi o que ocorreu. O pior comportamento ficou por conta do quartel general petista, o comandante supremo à frente. Antes mesmo das eleições, o PT dobrou-se à chantagem do mercado e comprometeu-se a honrar todos os contratos com o grande capital. A partir daí, tudo foi feito para viabilizar a reciclagem do padrão de acumulação em crise aguda¹¹.

Para ganhar a confiança do mercado, o governo Lula aceitou docilmente a interdição da área econômica. Entregou o Banco Central para o capital financeiro e o Ministério da Fazenda para o Fundo Monetário Internacional¹². Afastada toda e qualquer veleidade reformista, conformou-se em aplicar um “melhorismo” de ocasião, integralmente subordinado à lógica do ajuste fiscal permanente, da estabilidade da moeda e das intermináveis contra-reformas ditadas pelos organismos internacionais¹³. O estreito raio de manobra para compatibilizar as exigências do ajuste econômico e as medidas necessárias para atender as demandas populares criava uma situação na qual qualquer mobilização de massa constituiria grave ameaça à estabilidade política do governo¹⁴. Por isso, era imprescindível desmobilizar o povo.

Para relegitimar o modelo econômico condenado nas urnas, o governo Lula atuou, basicamente, em duas frentes. O potencial de revolta dos desvalidos foi neutralizado com a combinação de ilusão na recuperação sustentável do crescimento que levaria o Brasil para o primeiro mundo e transferência direta de renda pela generalização de programas sociais inspirados nas políticas compensatórias do Banco Mundial. A população sujeita às influências dos movimentos sociais, que representava maior perigo de insubordinação, foi neutralizada pela absoluta submissão do PT, dos sindicatos e dos movimentos sociais à razão de Estado do palácio do Planalto. Para tanto, o governo Lula combinou a cooptação direta dos dirigentes com nomeações em cargos na administração pública com a cooptação das organizações pelo atendimento clientelístico de demandas fundamentais para a sua sobrevivência material.

Assustadas com a elevada presença de representantes do capital no governo popular e com o comportamento suspeito das autoridades petistas em relação aos antigos companheiros, os movimentos sociais mais combativos reagiram articulando-se para disputar o governo.

A demissão de Marcelo Rezende, o primeiro superintendente do Instituto Nacional da Colonização e da Reforma Agrária, logo no início do governo, foi o primeiro sinal de que a disputa seria inglória, pois os inimigos das mudanças sociais eram fortíssimos dentro o governo. Homem de confiança da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do MST, sua demissão anunciava o que o tempo deixaria patente: o governo não tinha compromisso com a Reforma Agrária.

A convicção de que o espaço das conspirações palacianas era desfavorável aos movimentos sociais, a constatação de que a direção da CUT funcionava como correia de transmissão das vontades do Planalto e a percepção de que as rivalidades partidárias paralisavam as iniciativas que pudessem estimular as mobilizações populares levaram à formação do Conselho dos Movimentos Sociais (CMS). No entanto, o novo espaço de articulação das organizações sociais não conseguiu unificar as ações das organizações sociais nem garantir a autonomia do movimento social, condições necessárias para que se pudesse levar a disputa do governo para as ruas. Não é surpresa que não tenha logrado tomar nenhuma iniciativa capaz de desequilibrar a correlação de forças. Na realidade, o imobilismo do movimento social tinha origens mais profundas e não seria resolvido sem profundas rupturas com o governo Lula e com tudo o que ele passou a representar.

A luta contra a Reforma da Previdência, uma verdadeira contra-reforma exigida pelo capital financeiro, foi um ponto de inflexão no processo político que acabou dividindo o movimento social brasileiro sobre o modo de interpretar o governo Lula. O promíscuo relacionamento

“O novo espaço de articulação das organizações sociais não conseguiu unificar as ações das organizações sociais nem garantir a autonomia do movimento social, condições necessárias para que se pudesse levar a disputa do governo para as ruas. Não é surpresa que não tenha logrado tomar nenhuma iniciativa capaz de desequilibrar a correlação de forças”

entre a alta burocracia da Central, os dirigentes dos fundos de pensões e o Estado explicitava as motivações que mobilizavam as lideranças sindicais mais diretamente vinculadas ao presidente da República, afastando a possibilidade de ações conjuntas. As evidências de que o governo do PT se encontrava integralmente subordinado à lógica do capital acirrou as divergências entre as organizações políticas e sociais que haviam se juntado para disputar o governo Lula.

Impulsionado pelo PSTU, antiga dissidência trotskista do PT, e pelo recém criado PSOL, agremiação criada pelos parlamentares “radicais” expulsos do PT no final de 2003, uma parte do movimento social decidiu partir para a oposição frontal ao governo Lula. É dentro deste contexto que surgiram a campanha do funcionalismo público contra a Reforma da Previdência, as primeiras manifestações de rua contra o governo Lula e a proposta, apresentada pelo PSTU, de fundar uma nova central sindical –a CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas).

Após as denúncias de corrupção que abalaram o governo Lula, algumas organizações sociais tomaram a iniciativa de combinar a disputa do governo com a sua defesa. Sob a palavra de ordem *ruim com Lula e pior sem ele*, conclamaram as massas a tomarem as ruas em defesa do presidente operário. A esperança –explicitada na Carta aos Brasileiros– era a de que a lealdade com Lula pudesse despertar um sentimento recíproco, motivando o governo, finalmente, a olhar para seus velhos companheiros de luta. A realidade foi implacável. Nem a massa atendeu o chamado dos movimentos sociais, nem o governo alterou em uma vírgula sua orientação política ultraconservadora. O impasse vivido pelas organizações que não conseguem se desvencilhar da influência de Lula fica patente na perigosa armadilha que significa criticar a política econômica mas defender o governo Lula, quando se sabe, que, na realidade, a política econômica é o governo Lula (pois a lógica do ajuste se sobrepõe a tudo), e, nas condições de crise política aguda em que se encontra, o governo Lula é a política econômica (pois a direita tradicional só não move um processo de *impeachment* contra o presidente por conta da força de sua política econômica junto ao grande capital).

A capitulação do governo Lula *ao status quo* foi um duro golpe na classe operária. Interrompendo um incipiente processo de reascenso do movimento de massas, a negação da mudança gerou grande confusão e apatia no meio do povo. Nenhuma organização passou incólume pelo desastre. Todas sofreram traumáticos processos de fragmentação e divisão e muitas tiveram sua própria sobrevivência posta em questão. Mesmo assim, houve uma intensa atividade de resistência e protesto social, envolvendo um número considerável de pessoas. As contradições entre “revolucionários”, “reformistas” e “melhoristas” comprometeram a possibilidade de ações conjuntas e limitaram da contestação social.



© Martín Fernández

A destruição do PT e da CUT como instrumento de luta e a ruptura da unidade de classe que sustentou o acúmulo de forças iniciado na segunda metade da década de setenta foram, sem dúvida, os maiores serviços prestados pelo governo Lula à burguesia. O vazio político à esquerda permitirá um prolongamento indefinido da contra-revolução permanente. Enquanto uma nova unidade não for forjada, os movimentos populares amargarão, inexoravelmente, uma regressão corporativista e terão sua autonomia perigosamente vulnerável às pressões do poder econômico e político do Estado.

Só uma sociedade muito infantilizada poderia acreditar que bastaria eleger o presidente para mudar o Brasil. Para evitar que a tragédia se repita como farsa é fundamental superar as limitações do ciclo de acumulação de forças das últimas três décadas. A lição do governo Lula é clara. A aventura social-democrata não chegou a lugar algum. A transformação do Brasil exigirá uma outra radicalidade.

O “capitalismo real”, tal como ele existe no Brasil, na era do imperialismo total, é incompatível com a democracia e a soberania nacional. A burguesia brasileira depende do imperialismo e sobrevive às custas de reprodução permanente de mecanismos de

acumulação primitiva que perpetuam a superexploração do trabalho. Nessas condições, o espaço para mudanças dentro da ordem é praticamente nulo. A “democracia real”, tal como ela existe no Brasil, não abre espaço para transformação social. Ela funciona como mero ritual eleitoral que operacionaliza a alternância no poder entre as diferentes facções da burguesia, dando um verniz de legitimidade a um padrão de dominação que é, na sua essência, profunda e intrinsecamente antidemocrático. Para sair do impasse em que se encontra, o movimento social terá de radicalizar a crítica ao capitalismo e redefinir o modo de conceber a complexa dialética entre reforma e revolução.

Notas

1 Sobre o assunto, consultar Fernandes, F. 1980 “Movimento Socialista e Partidos Políticos” (São Paulo: Hucitec) e 1980 “Brasil: em compasso de espera” (São Paulo: Hucitec).

2 A interpretação sobre a autodeterminação do capitalismo brasileiro encontra-se elaborada nos trabalhos da chamada Escola de Campinas, principalmente nos trabalhos de João Manuel Cardoso de Mello 1982 *O capitalismo tardio* (São Paulo: Brasiliense); Luiz Gonzaga M. Belluzzo 1982/1983 *Desenvolvimento Capitalista no Brasil* (São Paulo: Brasiliense); Maria Conceição Tavares 1974 *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (Campinas: UNICAMP); 1978 *Ciclo e Crise* (Rio de Janeiro: FEA/UFRJ); 1981 “Problemas de Industrialización avanzada en capitalismo tardíos y periféricos” en *Economía de América Latina. Revista de Información y Análisis de la Región* (México DF) Nº 6. A interpretação sobre o raio de manobra político das sociedades latino-americanas é sistematizada por Fernando Henrique Cardoso em alguns capítulos de *O modelo político brasileiro* (Difusão Européia do Livro). A crítica teórica a idéia da autodeterminação do capitalismo brasileiro está desenvolvida em Sampaio Jr., P.S.A., 1999 *Entre a Nação e a Barbárie* (Petrópolis: Vozes) 17-34.

3 Sobre o significado e as implicações da Nova República e do processo Constituinte, ver Fernandes, F. 1985 *Nova República?* (Rio de Janeiro: Zahar) e 1989 *A Constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político* (São Paulo: Estação Liberdade).

4 Os argumentos que fundamentam a tese de que o Brasil está submetido a um processo de reversão neocolonial podem ser aprofundados em Furtado, C. 1992 *Brasil: A Construção Interrompida* (Rio de Janeiro: Paz e Terra) e em Sampaio Jr., P.S.A., 1999 “O Impasse da Formação Nacional” in Fiori, J. L. (org.) *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* (Petrópolis: Vozes) 415-448.

5 Reynaldo Gonçalves examina o processo de desnacionalização da economia em 1999 *Globalização e Desnacionalização* (Rio de Janeiro: Paz e Terra). Ver também Lacerda, A. C. 2000 *Desnacionalização: Mitos, Riscos e Desafios* (São Paulo: Contexto).

6 Sobre as mudanças na classe operária, ver Antunes, R. A. 2002 *Os Sentidos do Trabalho* (São Paulo: Boitempo) e 2004 *A Desertificação Neoliberal no Brasil* (São Paulo: Autores Associados).

7 Interessante explicação sobre os processos que explicam a capitulação da burocracia sindical e do PT á ordem pode ser vista em Oliveira, F. 2003 *Crítica à Razão Dualista - O*

Ornitorrinco (São Paulo: Boitempo) e Boito, A. 2003 "A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula" in *Crítica Marxista* (São Paulo: Revan) Nº 17.

8 Além de alimentar a esperança de dias melhores na população, a camuflagem ideológica neutralizava as críticas da militância mais combativa e preservava a influência absoluta do Partido sobre os movimentos sociais, bloqueando qualquer possibilidade de uma alternativa política à esquerda, com influência expressiva nas massas.

9 A controvertida gestão de Antônio Pallocci na prefeitura de Ribeirão Preto, depois replicada por Marta Suplicy em São Paulo, foi a experiência-piloto que serviu de modelo ao novo modo petista de governar.

10 O programa de governo do PT para a campanha presidencial de 2002 era uma colcha de retalhos que combinava um neoliberalismo cor de rosa com um neodesenvolvimentismo envergonhado. A propósito ver Sampaio, Jr., P.S.A. 2001 "Sem Rupturas, Outro Brasil Não É Possível" in *Revista dos Sem Terra*, nov/dez.

11 Uma análise das reformas institucionais propostas no início do governo Lula da Silva encontra-se em Sampaio Jr., P.S.A. 2003 "A Dança Imóvel" in *Revista da Associação dos Docentes da USP (Adusp)* Nº 29, maio. Para entender a lógica que preside a política econômica do governo Lula da Silva, ver Sicsú, J. 2003 "Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula" in *Economia e Sociedade*, Vol. 12, Nº 12 (21), jul/dez, 311-327. Ver também, Paulani, L. 2003 "Brasil Delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula" in *Revista Reportagem*, Nº 44, julho.

12 Para a presidência do Banco Central, foi nomeado Henrique Meirelles, um ex-funcionário do Bank Boston, que havia acabado de ser eleito deputado federal pelo PSDB com um discurso raivoso contra o PT. Os cargos estratégicos do Ministério da Fazenda responsáveis pela formulação da política macroeconômica, a Secretaria do Tesouro e a Secretaria da Receita foram entregues a técnicos da confiança do FMI, totalmente desconhecidos do PT e do ministro Pallocci. Os Ministérios da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento também ficaram na quota do capital.

13 A concepção de política social dominante no governo Lula encontra-se sistematizada no documento preparado pelo Ministério da Fazenda, em novembro de 2003, "Gastos Sociais do Governo Central: 2001 e 2002". Para uma crítica desta visão, consultar Delgado, G. "Só Universalização das Políticas Sociais Garante Igualdade e Soberania" in *Correio da Cidadania*, Nº 375. Em <www.correiocidadania.com.br>.

14 Para detalhes sobre a evolução e a composição dos gastos do governo federal ver Lesbaupin, I. e Mineiro, A. 2003 *O Desmonte da Nação em Dados* (Petrópolis: Vozes); Sampaio, Jr., P.S.A. 2004 "Gastos do Governo" in *IBGE, Brasil em Números*.